RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL 2

ÍNDICE QUADROS 3

ÍNDICE GRÁFICOS 4

SIGLAS 5

MENSAGEM DO REITOR 6

PREÂMBULO 8

..... 9

1. INTRODUÇÃO 10

1.1. MISSÃO 10

1.2. ÓRGÃOS 11

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL 12

2.1. FONTES DE FINANCIAMENTO 12

2.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO 13

2.3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC 14

2.4. RECEITA 14

2.5. DESPESA 18

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 20

3.1. EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO 20

3.2. EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 21

3.3. PROVEITOS E GANHOS 25

3.4. CUSTOS E PERDAS 28

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 30

4.1. BALANÇO CONSOLIDADO 31

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS 36

4.3. ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS 37

I. Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras 37

1.1. Relativamente às entidades incluídas na consolidação: 37

1.2. Relativamente a entidades não incluídas na consolidação: 38

1.3. Número de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias 40
III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação 41
V — Informações relativas a políticas contabilísticas 41
VI — Informações relativas a determinadas rubricas 43

5. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO 51

6. NOTA FINAL 52

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS 53

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Execução do Orçamento de Funcionamento 13
Quadro 2 - Execução do Orçamento PIDDAC 14
Quadro 3 - Evolução da execução da receita cobrada.....14
Quadro 4 - Execução da receita cobrada.....15
Quadro 5 - Receitas por classificação económica.....16
Quadro 6 - Origem de fundos por medidas e programas 17
Quadro 7 - Origem dos fundos versus a sua aplicação.....17
Quadro 8 - Evolução da execução da despesa paga por fonte de financiamento 18
Quadro 9 - Aplicação de fundos por medidas e programas 18
Quadro 10 - Análise da despesa paga por fonte de financiamento versus a sua aplicação 19
Quadro 13 - Proveitos e ganhos 25
Quadro 14 - Detalhe de rubrica de vendas e prestação de serviços 27
Quadro 15 - Custos e perdas.....28
Quadro 16 – Balanço.....31
Quadro 17 – Ativo Líquido 33
Quadro 18 – Fundos Próprios e Passivo.....34
Quadro 20 - Nº de trabalhadores por categoria.....40
Quadro 21 - Ativo Imobilizado em 31/12/2016 43
Quadro 23 - Protocolo Ministério da Defesa 45
Quadro 24 - Vendas e prestação de serviços 45
Quadro 25 - Remunerações dos Órgãos Diretivos.....46
Quadro 26 - Demonstração resultados financeiros 46
Quadro 27 - Demonstração resultados extraordinários.....47
Quadro 29 – Acréscimos e diferimentos a 31/12/2016.....49

Quadro 30 – Fornecimentos e Serviços Externos 50
Quadro 31 - Rácios de fundo de maneio e liquidez.....51
Quadro 32 - Rácios financeiros.....51

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receitas cobradas por fontes de financiamento 15
Gráfico 2 - Origem de Fundos por medidas e programas 17
Gráfico 3 – Despesa paga por Fontes de Financiamento 18
Gráfico 4 - Aplicação de fundos por medidas e programas.....19
Gráfico 5 - Evolução imobilizado corpóreo líquido 20
Gráfico 6 - Análise dos resultados do exercício 21
Gráfico 7 - Proveitos e ganhos.....25
Gráfico 8 - Análise proveitos.....26
Gráfico 9 - Vendas e prestações de serviços.....27
Gráfico 10 - Custos e perdas 28
Gráfico 11 - Análise dos custos e perdas.....29
Gráfico 12- Evolução do nº de trabalhadores.....40

SIGLAS

ANPROALV	- Agência Nacional do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida
ADSE	- Direção Geral de proteção social aos trabalhadores em funções
CEDOC	- Centro de Estudos de Doenças Crónicas
CGA	- Caixa Geral de Aposentações
CIBE	- Cadastro dos bens do Estado
ENSP	- Escola Nacional de Saúde Pública
NMS|FCM	- Nova Medical School/Faculdade de Ciências Médicas da UNL
FEDER	- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FCSH	- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL
FCT	- Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL
FFCT	- Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia
FD	- Faculdade de Direito da UNL
Nova SBE	- Nova School of Business and Economics / Faculdade de Economia UNL
IES	- Instituições de ensino superior
IHMT	- Instituto de Higiene e Medicina Tropical da UNL
ITQB	- Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da UNL
IVA	- Imposto sobre o valor acrescentado
LOE	- Lei do Orçamento do Estado
MCTES	- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
NOVA IMS	- NOVA Information Management School /Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da UNL
OE	- Orçamento do Estado
PIDDAC	- Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC-Ed	- Plano Oficial de Contas para o setor de Educação
RCP	- Remunerações certas e permanentes
RJIES	- Regime jurídico das instituições do ensino superior
RLE	- Resultado Líquido do Exercício
RUNL	- Reitoria da UNL
SAS	- Serviços de Ação Social da UNL
UNL	- Universidade NOVA de Lisboa
UO	- Unidades Orgânicas
UE	- União Europeia

MENSAGEM DO REITOR

A Universidade Nova de Lisboa prosseguiu em 2016 os seus objetivos de longo prazo, traduzidos em desenvolver uma investigação competitiva no plano internacional, um ensino de excelência, nomeadamente nos segundos e terceiros ciclos, e uma prestação de serviços de qualidade, a nível nacional e internacional.

A atividade universitária continuou a desenvolver-se em 2016, à semelhança dos anos anteriores, num contexto de forte restrição orçamental, bem como de restrições sobre a autonomia de gestão da instituição universitária.

No ano de 2016, as alterações a nível das remunerações fixadas pelo Estado levaram a um aumento da dotação com origem no Orçamento do Estado, apenas suficiente para fazer face aos compromissos daí decorrentes. O processo de convergência das remunerações fixadas pelo Estado para os valores pré-programa de ajustamento encontra-se terminado. Esse processo encontra-se refletido no aumento de verba oriunda do Orçamento do Estado.

As verbas destinadas a investigação tiveram um ligeiro decréscimo, resultado de uma diminuição da transferência para este fim do Orçamento do Estado ter sido compensado por programas nacionais e europeus. Mantém-se o desafio de encontrar financiamento, nacional e internacional, para a investigação. Manteve-se a opção estratégica de proteger, tanto quanto possível, a investigação científica.

A gestão realizada ao longo do ano de 2016 levou à apresentação de um resultado global positivo, existindo diversidade de situações ao nível das diferentes unidades orgânicas, resultado de decisões na área de recursos humanos com potenciais consequências negativas nos próximos anos. O resultado global positivo, medido no final do ano, tem origem na operação extraordinária de alienação do imóvel denominado Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra, no âmbito da relocalização da Nova School of Business and Economics | Faculdade de Economia.

O principal elemento da estrutura de custos, à semelhança dos anos anteriores, da Universidade está nos custos com pessoal, cuja evolução é determinada pela fixação salarial por parte do Governo, e à qual as universidades são alheias, e pelas decisões de contratação. A reposição dos valores salariais anteriores a 2011 traduziu-se num aumento dos custos com pessoal.

Em termos de recursos físicos, manteve-se a tendência de diminuição no número de trabalhadores não docentes da universidade. O pessoal docente de carreira registou uma subida e inverteu-se a redução do número de investigadores, mas ainda não recuperando das saídas ocorridas desde 2013.

A Universidade NOVA de Lisboa preparou durante o ano de 2016 a sua transformação em Fundação Pública, que se espera venha a permitir uma melhor gestão interna, possibilitando uma maior capacidade de melhorar o seu desempenho face aos recursos existentes. A exigência do processo de transformação terá como contrapartida uma maior capacidade futura da Universidade NOVA de Lisboa em cumprir a sua missão.

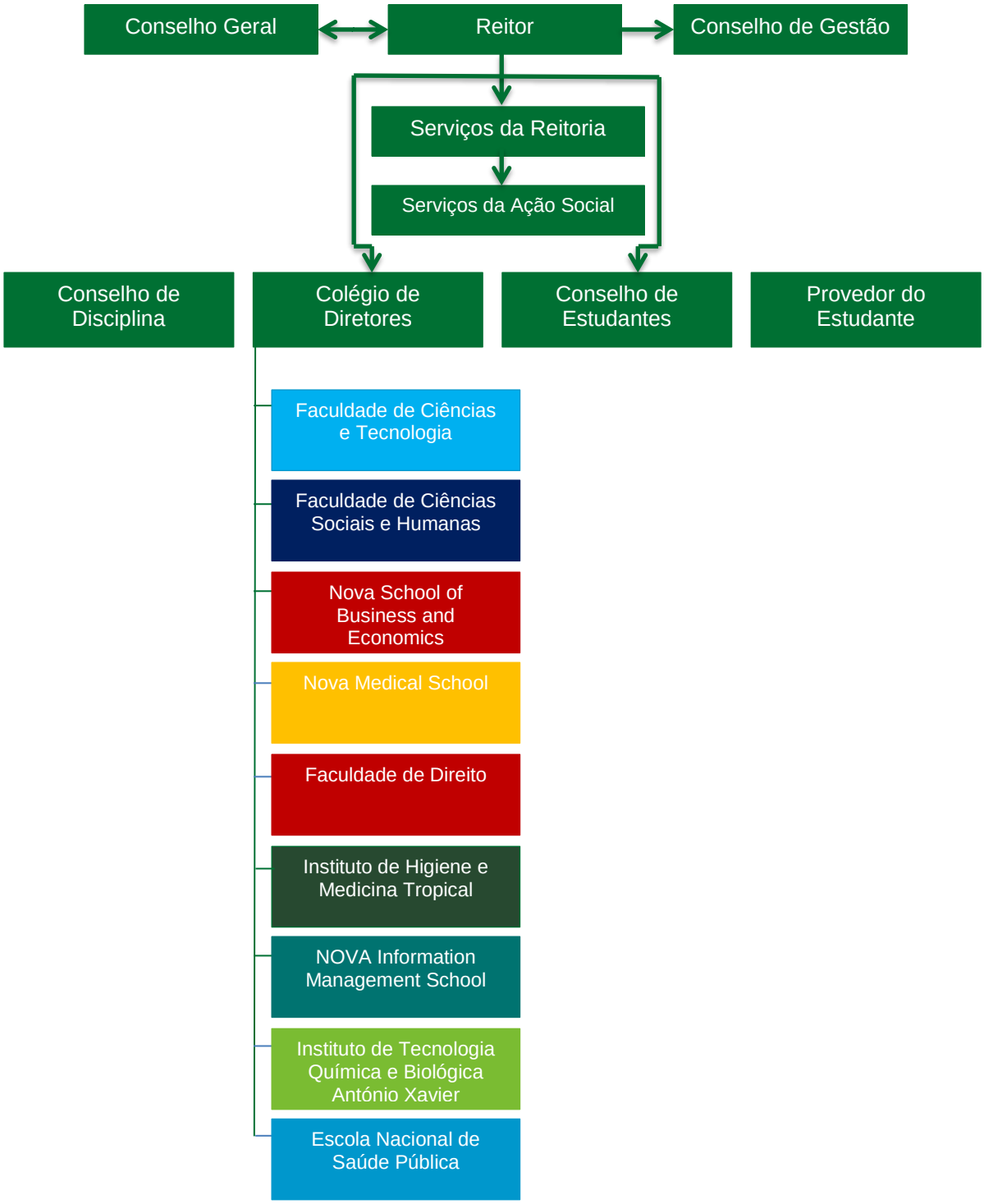
PREÂMBULO

Dando cumprimento à legislação em vigor, é elaborado, anualmente, o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas.

O presente Relatório de Gestão e Contas Consolidadas apresenta informação para que o Conselho Geral e demais órgãos internos, bem como entidades externas, possam avaliar as contas associadas à atividade desenvolvida durante o exercício de 2016.

A ***Universidade NOVA de Lisboa*** (UNL) é constituída por nove Unidades Orgânicas (cinco faculdades, três institutos e uma escola), pelos Serviços de Ação Social e Reitoria:

- Nova Medical School / Faculdade de Ciências Médicas
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Faculdade de Ciências e Tecnologia
- Faculdade de Direito
- Nova School of Business and Economics / Faculdade de Economia
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- NOVA Information Management School / Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação
- Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier
- Escola Nacional de Saúde Pública
- Serviços de Ação Social
- Reitoria


Conselho Geral
Reitor
Conselho de Gestão
Serviços da Reitoria
Serviços da Ação Social
Conselho de Disciplina
Colégio de Diretores
Conselho de Estudantes
Provedor do Estudante
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Nova School of Business and Economics
Nova Medical School
Faculdade de Direito
Instituto de Higiene e Medicina Tropical
NOVA Information Management School
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier
Escola Nacional de Saúde Pública

1. INTRODUÇÃO

A ***Universidade NOVA de Lisboa*** foi fundada a 11 de agosto de 1973. É uma instituição universitária com investigação reconhecida internacionalmente e ensino de qualidade, orientado progressivamente para os segundo e terceiros ciclos. Assegura elevados níveis de sucesso profissional aos seus estudantes e presta relevantes serviços à comunidade, nacional e internacional. É uma universidade com elementos distintivos no plano nacional – tanto nos programas de formação, como na investigação fundamental e aplicada – e com parcerias estratégicas e de excelência.

É constituída por pessoas coletivas de direito público, dotadas de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. Exerce as suas atividades nos termos dos Estatutos da Universidade publicados, no Diário da República n.º 164, de 26 de agosto de 2008, n.º 208 e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro.

1.1. MISSÃO

A missão da UNL, enquanto instituição universitária que se pretende de referência, desenvolve-se nos seguintes planos[1]:

a) Uma investigação competitiva no plano internacional, privilegiando áreas interdisciplinares, incluindo a investigação orientada para a resolução dos problemas que afetam a sociedade;

b) Um ensino de excelência, com um ênfase crescente nos segundos e terceiros ciclos, mas fundado em primeiros ciclos sólidos, veiculado por programas académicos competitivos a nível nacional e internacional, erigindo o mérito como medida essencial da avaliação;

c) Uma base alargada de participação interinstitucional, voltada para a integração das diferentes culturas científicas, com vista à criação de sinergias inovadoras para o ensino e para a investigação;

d) Uma prestação de serviços de qualidade, quer no plano interno, quer no plano internacional, capaz de contribuir de forma relevante para o desenvolvimento social e para

[1] Conforme os *Artigos 1º e 2º do Despacho Normativo nº 42/2008, de 26 de agosto de 2008, que aprova os Estatutos da UNL*

a qualificação dos recursos humanos, dedicando particular atenção aos países onde se fala a língua portuguesa.

No âmbito da sua missão, a UNL visa o ensino, a criação e a disseminação do conhecimento científico nas áreas da saúde, tecnologia, humanidades, artes e demais domínios do saber, assentes na investigação do seu corpo docente.

1.2. ÓRGÃOS

A UNL é integrada pelos seguintes órgãos[2] *(art.º 4 dos Estatutos):*

a) Conselho Geral;
b) Reitor;
c) Colégio de Diretores;
d) Conselho de Estudantes;
e) Conselho de Disciplina;
f) Conselho de Gestão;
g) Provedor do Estudante.

No âmbito das suas competências, definidas no art.º 6 dos Estatutos da UNL, ao Conselho Geral compete, nomeadamente, aprovar o orçamento, aprovar os planos estratégicos e as contas consolidadas anuais.

O Reitor é o órgão superior de governo e de representação externa da universidade, cabendo-lhe a condução da política da instituição e a presidência do Conselho de Gestão.

Ao Colégio de Diretores compete pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Reitor e é obrigatória a consulta a este órgão, designadamente, no que diz respeito ao Orçamento e contas anuais consolidadas.

O Conselho de Estudantes pode pronunciar-se, a pedido do Reitor, sobre quaisquer assuntos relacionados com atividades dos estudantes.

O Conselho de Disciplina é um órgão consultivo da UNL, na área disciplinar.

[2] *De acordo com o art.º 4 do Despacho Normativo nº 42/2008, de 26 de agosto de 2008.*

O Conselho de Gestão da UNL, atualmente, constituído pelo Reitor, um Vice-Reitor e a Administradora da Universidade é o órgão deliberativo em matéria de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

O Provedor do Estudante, nomeado pelo Reitor, aprecia as reclamações colocadas pelos estudantes contra "atos ou omissões" dos órgãos da UNL e emite recomendações.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1. FONTES DE FINANCIAMENTO

A UNL gere, anualmente, verbas provenientes do Orçamento do Estado, do Orçamento de Outras Receitas e do Orçamento PIDDAC.

As principais fontes de financiamento que proporcionaram a execução e o desenvolvimento das atividades no ano de 2016 foram:

- Orçamento do Estado
  - 31 Estado Receitas Gerais (RG) não afetas a projetos cofinanciados
    - 311 Estado RG não afetas a projetos cofinanciados
    - 313 Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados
    - 319 Trf. de RG entre organismos não afetas a projetos cofinanciados
  - 35 Receitas Gerais afetas a projetos cofinanciados
    - 358 Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados
    - 359 Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados
  - 36 Receita Própria afeta a projetos cofinanciados
    - 368 Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados
    - 369 Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados
- Financiamento da UE
  - 41 FEDER
    - 411 FEDER - Quadro Estratégico Comum
    - 412 FEDER - PO Fatores de Competitividade
    - 416 FEDER - PO Regional Lisboa
  - 42 FEDER Cooperação
    - 422 FEDER - Cooperação Transnacional
  - 44 Fundo Social Europeu
    - 441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização
    - 442 Fundo Social Europeu – PO Potencial Humano

        - 445 Fundo Social Europeu – Assistência Técnica
    - 45 FEOGA Orientação / FEADER
        - 452 FEADER
    - 480 Outros
- Outras Fontes de Financiamento
        - 510 Auto financiamento RP (Receitas próprias)
        - 520 Saldos de RP transitados
        - 540 Transferências de RP entre organismos
        - 910 Saldos de Fundos Europeus

2.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

Às dotações atribuídas pelo orçamento do estado (FF 311), foram adicionadas verbas referentes a outras fontes de financiamento e saldos da gerência anterior. Do orçamento corrigido total foi processada despesa e autorizados pagamentos.

Verificou-se que, do total do orçamento executado, as despesas com remunerações certas e permanentes (RCP), incluindo os encargos com a Caixa Geral de Aposentações (CGA), representaram em média 65,7% do total das despesas pagas.

Quadro 1 - Execução do Orçamento de Funcionamento

Execução Orçamento Funcionamento	2016	2015	2014
Dotação inicial OE	62 328 722	58 379 117	57 822 338
Dotação inicial outras fontes	56 119 861	50 980 269	52 622 512
Dotação inicial total	118 448 583	109 359 386	133 150 925
Dotação corrigida	172 851 670	156 882 344	153 553 577
Despesa paga	128 193 291	124 469 087	123 718 196
Remunerações certas e permanentes (RCP)	84 238 371	80 154 189	83 538 823
% Despesas pagas de RCP	**65,7%**	**64,4%**	**67,5%**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

O valor inicial de dotação de OE (FF 311) foi de 62 328 722 euros. Este montante foi corrigido ao longo do ano de 2016, nomeadamente devido às seguintes alterações:

- Cativações impostas pelo OE de 2016, no montante de 166 616 euros;
- Reforço orçamental resultante da reversão da redução remuneratória em 2 927 629 euros;

- Dotação corrigida anulada em 66 526 euros para apoiar a Universidade do Algarve, no âmbito do mecanismo de coesão interinstitucional.

2.3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC

Ao nível do orçamento PIDDAC, para o presente exercício económico não foi atribuída dotação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Relativamente aos saldos das verbas afetas ao PIDDAC, encontram-se consignadas à finalização de projetos.

Quadro 2 - Execução do Orçamento PIDDAC

Execução Orçamento PIDDAC	2016	2015	2014
Dotação inicial			
Cativações			
Dotação corrigida		25 731	50 259
Despesa paga		283	24 528

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

2.4. RECEITA

A receita cobrada nas diversas fontes de financiamento corresponderam em média no triénio a 98% da previsão corrigida.

Quadro 3 - Evolução da execução da receita cobrada

Ano	Previsão corrigida	Receita cobrada	%
2016	172 939 665	174 346 132	100,8%
2015	156 970 622	152 221 099	97,0%
2014	153 851 415	148 641 211	96,6%

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

A previsão corrigida inclui o saldo de orçamento PIDDAC, no montante de 87 995 euros.

A previsão corrigida é inferior à receita cobrada em 1 406 467 euros, considerando que algumas UO não incluíram os saldos de gerência anterior na previsão inicial.

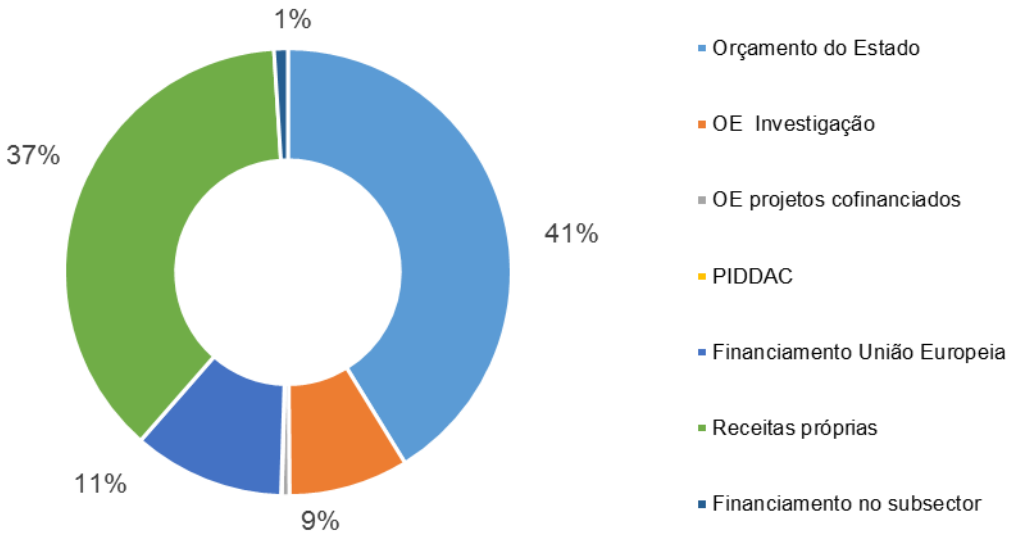
Quadro 4 - Execução da receita cobrada

Receita	Orçamento do Estado	OE Investigação	OE projetos cofinanciados	PIDDAC	Financiamento União Europeia	Receitas próprias	Financiamento no subsector	Total
FF	311/313	319/358/359/368/369	319	313/520	4XX	510/520	540	
Corrente	64 770 694	2 216 722	959 712		8 664 676	50 229 158	750 548	127 591 510
Capital	347 916	12 586 891			420 697	657 533	1 000 000	15 013 038
Saldos	6 760 600	306 602		87 995	10 022 568	14 563 819		31 741 584
Total	**71 879 210**	**15 110 216**	**959 712**	**87 995**	**19 107 941**	**65 450 511**	**1 750 548**	**174 346 132**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

Gráfico 1 - Receitas cobradas por fontes de financiamento



Em 2016, as verbas transferidas do OE (FF 311) contribuíram com 41% para a estrutura de receita. Estas transferências correspondem às dotações que foram atribuídas pelo MCTES, no âmbito da orgânica de funcionamento, no valor de 65 118 610 euros (corrente e capital).

A geração de receitas próprias, que incluem os valores recebidos de propinas e taxas devidas pelos alunos, bem como as receitas decorrentes da prestação de serviços, representam 37% do financiamento da UNL.

As transferências da Fundação para a Ciência e Tecnologia que resultam, sobretudo, da execução de projetos de investigação e desenvolvimento com fundos comunitários e financiamentos da União Europeia (UE), correspondem a 20% do financiamento total.

Quadro 5 - Receitas por classificação económica

Classificação Económica	Descrição	Previsão Corrigida	Receita cobrada	Grau execução
04.	**Taxas e multas**	**26 642 891**	**26 467 497**	**99,3%**
04.01.22	Propinas	24 529 751	24 362 545	99,3%
04.01.99	Taxas Diversas	1 989 014	1 987 832	99,9%
04.02.01/99	Juros de Mora, Multas e outras penalidades	124 126	117 120	94,4%
05.	**Rendimentos de Propriedade**	**22 055**	**10 675**	**48,4%**
05.00.00	Bancos e Outras Instituições Financeiras	22 055	10 675	48,4%
06.	**Transferências Correntes**	**81 526 630**	**80 580 723**	**98,8%**
06.01.01	Transferências Entidades Públicas	9 575	9 575	100,0%
06.01.02	Transferências Entidades Privadas	1 082 206	1 069 343	98,8%
06.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	385 755	384 150	99,6%
06.03.01	Transferências OE	64 967 215	64 800 600	99,7%
06.03.07	Transferências Correntes SFA projetos cofinanciados	3 936 217	3 733 155	94,8%
06.03.09	Transferências Correntes SFA Financ. Projetos	4 500	0	0,0%
06.03.10	Transferências Correntes SFA Participação Portuguesa	5 073	5 072	100,0%
06.03.11	Transferências Correntes SFA Participação comunitária	291 357	291 354	100,0%
06.05.01	Transferências Correntes SFA Administração Local	110 187	108 910	98,8%
06.07.01	Transferências Instituições s/fins Lucrativos	1 593 225	1 571 201	98,6%
06.08.01	Transferências Famílias	23 202	23 182	99,9%
06.09.01/04/05	Transferências União Europeia	9 118 118	8 584 182	94,1%
07.	**Vendas de Bens e Serviços**	**9 445 293**	**8 511 721**	**90,1%**
07.00.00	Vendas de Bens e Prestações de Serviços	9 445 293	8 511 721	90,1%
08.	**Outras Receitas Correntes**	**27 634**	**20 895**	**75,6%**
08.00.00	Outras Receitas Correntes	27 634	20 895	75,6%
09.	**Venda de Bens de Investimento**	**12 000 000**	**12 000 000**	**100,0%**
09.00.00	Venda de Bens de Investimento	12 000 000	12 000 000	100,0%
10.	**Transferências De Capital**	**15 240 923**	**14 734 283**	**96,7%**
10.00.00	Transferências Capital	15 240 923	14 734 283	96,7%
13.	**Outras Receitas de Capital**	**922**	**322**	**34,9%**
13.00.00	Outras Receitas de Capital	922	322	34,9%
15.	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	**281 567**	**278 433**	**98,9%**
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	281 567	278 433	98,9%
16.	**Saldo de Gerência Anterior**	**27 751 750**	**31 741 584**	**114,4%**
16.01.01	Saldo de Gerência - Posse do Serviço	27 751 750	31 741 584	114,4%
Total		**172 939 665**	**174 346 132**	**100,8%**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

Da receita cobrada destacam-se 80 580 723 euros cobrados de “transferências correntes”, 14 734 283 euros de “transferências de capital” e 31 741 584 euros de “saldos de gerência anterior”, estando estes últimos consignados na sua maioria a projetos de investigação.

O quadro 6, apresenta a distribuição da receita cobrada por origem de fundos, medida e programas:

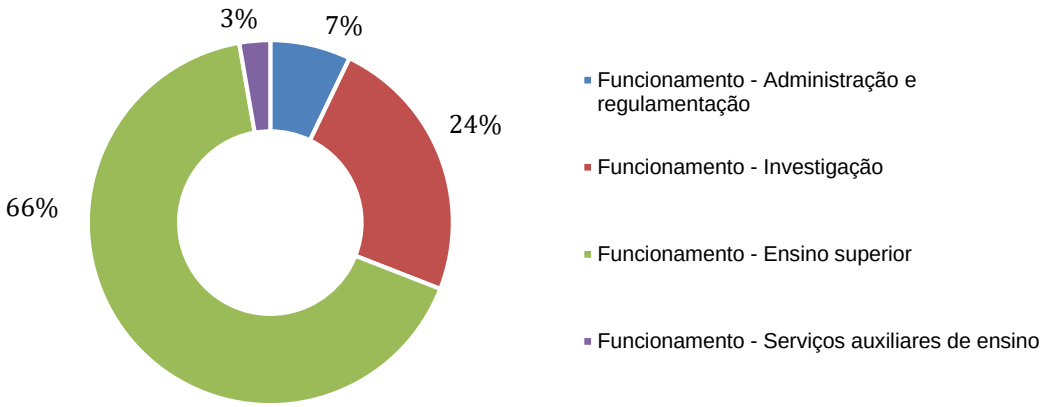
Quadro 6 - Origem de fundos por medidas e programas

Origem de fundos	2016	2015	2014
Funcionamento - Administração e regulamentação	12 451 485	10 715 009	9 527 079
Funcionamento - Investigação	41 430 126	39 583 482	38 565 452
Funcionamento - Ensino superior	115 615 783	96 996 332	95 790 595
Funcionamento - Serviços auxiliares de ensino	4 760 743	4 837 998	4 460 247
PIDDAC - Ensino superior	87 995	88 278	147 179
PIDDAC - Serviços auxiliares de ensino			150 659
Total	**174 346 132**	**152 221 099**	**148 641 211**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Gráfico 2 - Origem de Fundos por medidas e programas



Quadro 7 - Origem dos fundos versus a sua aplicação

Fontes Financiamento/ Medidas	Funcionamento - Administração e Regulamentação	Funcionamento - Investigação	Funcionamento - Ensino Superior	Funcionamento - Serviços Auxiliares de Ensino	PIDDAC - Ensino Superior	Total
Orçamento do Estado	4 022 595	4 616 336	60 933 142	2 307 137		71 879 210
OE Investigação		15 110 216				15 110 216
OE projetos cofinanciados			959 712			959 712
PIDDAC					87 995	87 995
Financiamento UE	5 526 008	12 612 696	969 237			19 107 941
Receitas próprias	1 699 827	8 790 525	52 529 781	2 430 378		65 450 511
Financiamento subsector	1 203 055	300 353	223 911	23 229		1 750 548
Receita Total	**12 451 485**	**41 430 126**	**115 615 783**	**4 760 743**	**87 995**	**174 346 132**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

2.5. DESPESA

A despesa paga, apresenta a seguinte distribuição por fonte de financiamento:

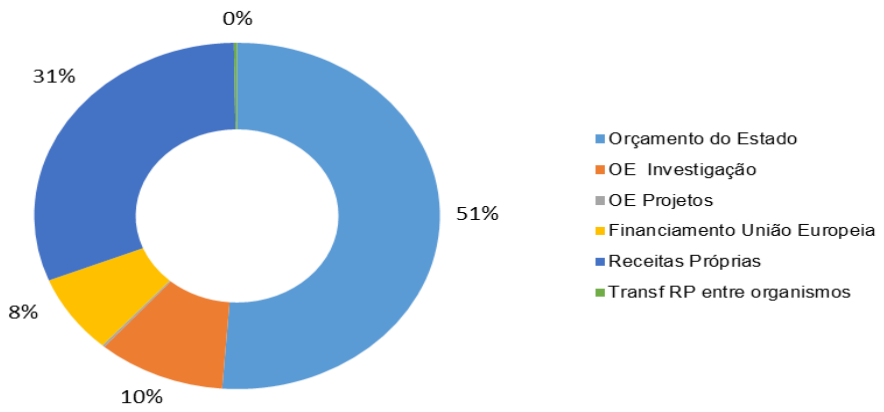
Quadro 8 - Evolução da execução da despesa paga por fonte de financiamento

Despesa paga	2016	2015	2014
Orçamento do Estado	65 611 068	63 349 765	63 508 666
OE Investigação	13 056 865	16 927 518	18 175 463
OE Projetos	247 406	505 502	380 970
PIDDAC	0	283	24 528
Financiamento União Europeia	9 447 521	7 898 232	7 434 631
Receitas Próprias	39 510 287	35 375 917	34 067 526
Transf RP entre organismos	320 144	412 152	150 939
Total	**128 193 291**	**124 469 370**	**123 742 724**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

Gráfico 3 – Despesa paga por Fontes de Financiamento



O quadro 9, apresenta a evolução da aplicação dos fundos ao longo do último triénio:

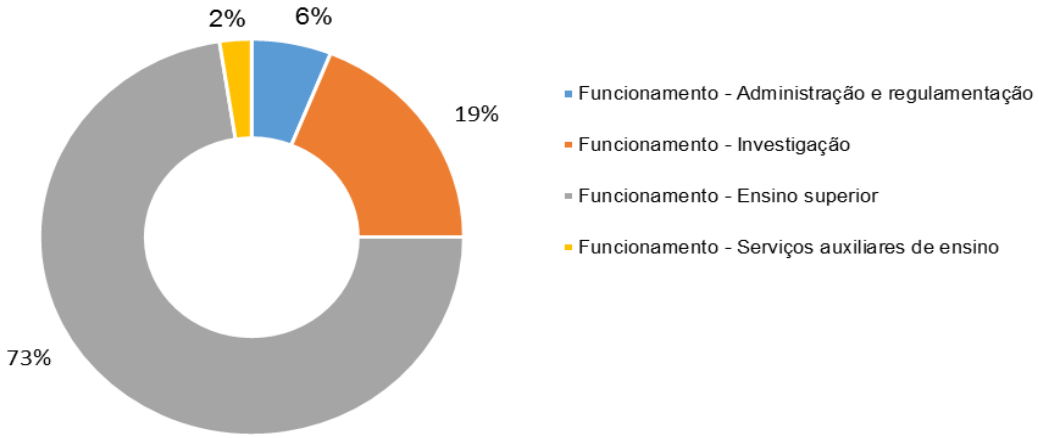
Quadro 9 - Aplicação de fundos por medidas e programas

Aplicação de Fundos	2016	2015	2014
Funcionamento - Administração e regulamentação	7 789 754	6 401 281	6 244 181
Funcionamento - Investigação	24 239 367	25 609 375	26 445 706
Funcionamento - Ensino superior	93 045 380	89 224 279	88 103 243
Funcionamento - Serviços auxiliares de ensino	3 118 790	3 234 151	2 925 066
PIDDAC - Ensino Superior	0	283	24 528
Total	**128 193 291**	**124 469 370**	**123 742 724**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

Gráfico 4 - Aplicação de fundos por medidas e programas



Quadro 10 - Análise da despesa paga por fonte de financiamento versus a sua aplicação

Fontes Financiamento/Medidas	Funcionamento - Administração e Regulamentação	Funcionamento - Investigação	Funcionamento - Ensino Superior	Funcionamento - Serviços Auxiliares de Ensino	PIDDAC - Ensino Superior	Total
Orçamento do Estado	3 929 243		60 148 291	1 533 534		65 611 068
OE Investigação		2 090 204				2 090 204
OE Projetos		10 966 661	247 406			11 214 067
PIDDAC						0
Financiamento UE	3 079 744	6 075 062	292 715			9 447 521
Receitas Próprias	666 046	5 018 197	32 264 017	1 562 028		39 510 287
Financiamento no subsector	114 721	89 243	92 952	23 228		320 144
Despesa Total	**7 789 754**	**24 239 367**	**93 045 380**	**3 118 790**	**0**	**128 193 291**

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

A despesa global efetiva, no final do exercício de 2016, foi de 128 193 291 euros, à qual corresponde um grau de execução orçamental de 74%, face à dotação corrigida a 31 de dezembro de 2016.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO

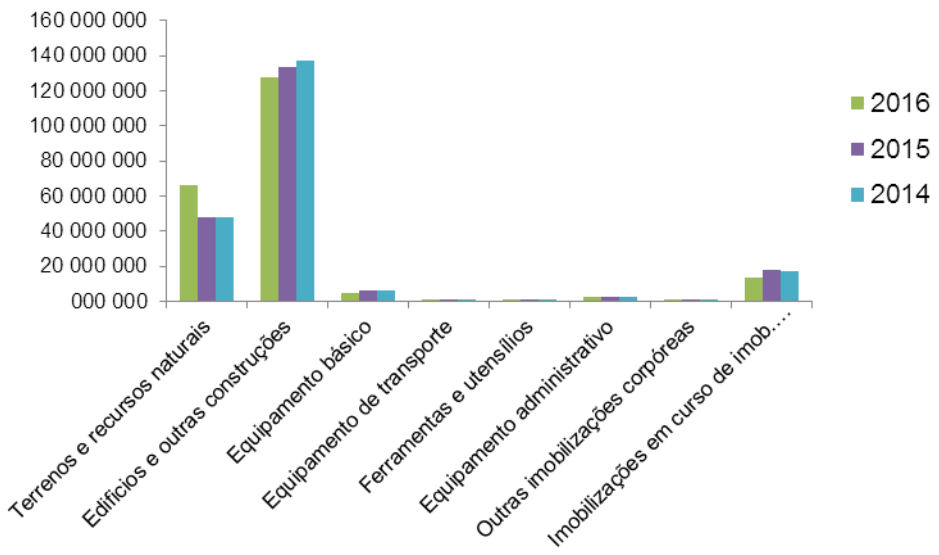
Quadro 11 – Imobilizado corpóreo líquido

POC	Descrição	2016	2015	2014
421	Terrenos e recursos naturais	65 955 760	48 180 818	48 180 818
422	Edificios e outras construções	127 497 657	133 494 732	137 050 605
423	Equipamento básico	4 920 962	6 092 655	6 484 712
424	Equipamento de transporte	1 262	1 548	1 834
425	Ferramentas e utensílios	287 992	312 727	284 144
426	Equipamento administrativo	2 453 486	2 578 080	2 422 834
429	Outras imobilizações corpóreas	544 437	463 597	396 661
442	Imobilizações em curso de imob. corpóreas	13 445 222	17 622 736	17 488 927
TOTAL		**215 106 778**	**208 746 893**	**212 310 536**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Gráfico 5 - Evolução imobilizado corpóreo líquido



Nas imobilizações em curso de imobilizado corpóreo está incluída a construção dos laboratórios e biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas, no recinto do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, no valor de 13 315 407 euros.

3.2. EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 12 - Resultado líquido do exercício

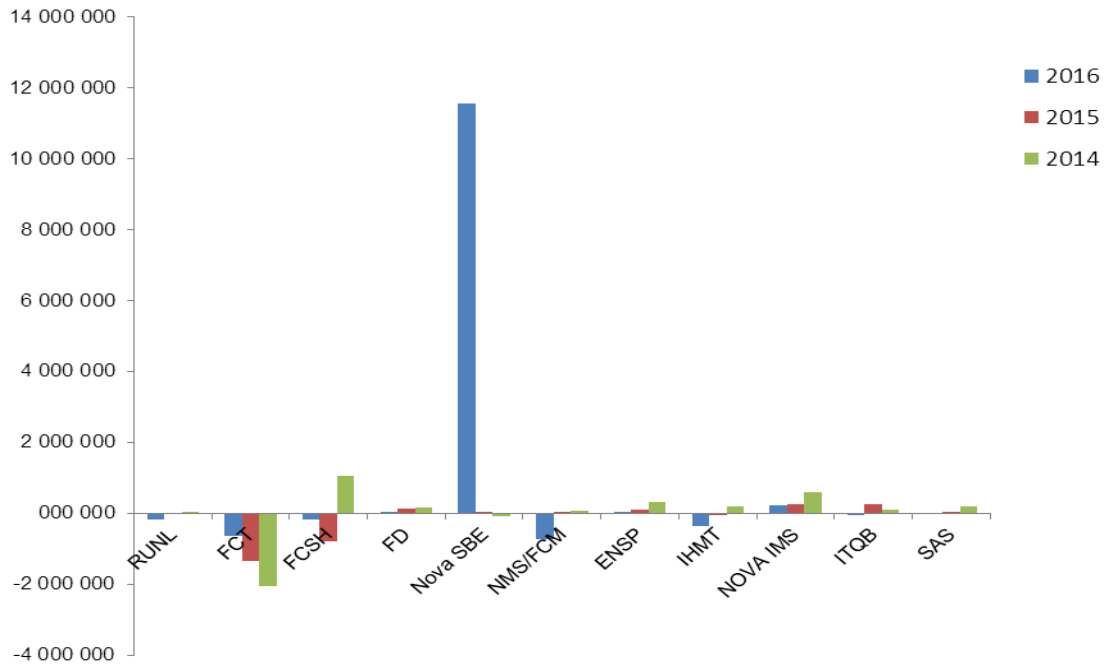
U.O	VALOR			%		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
RUNL	-172 791	- 16 313	25 563	-1,8	1,2	4,5
FCT	-643 347	-1 338 041	-2 060 901	-6,6	100,6	-365,9
FCSH	-165 202	- 807 775	1 039 148	-1,7	60,7	184,5
FD	47 851	141 521	172 695	0,5	-10,6	30,7
Nova SBE	11 544 743	36 734	- 90 685	119,2	-2,8	-16,1
NMS/FCM	-734 336	24 107	74 325	-7,6	-1,8	13,2
ENSP	23 989	109 825	314 717	0,2	-8,3	55,9
IHMT	-376 734	- 60 646	200 851	-3,9	4,6	35,7
NOVA IMS	218 691	264 059	595 361	2,3	-19,8	105,7
ITQB	-41 871	265 864	103 110	-0,4	-20,0	18,3
SAS	-16 255	49 970	189 013	-0,2	-3,8	33,6
Total	**9 684 741**	**-1 330 696**	**563 197**	**100**	**100**	**100**
Intergrupo[(2)]	995 267	61 577	114 607			
Consolidado	**10 680 008**	**-1 269 120**	**677 804**			

[(1)] Movimentos intergrupo de eliminação/reclassificação de movimentos

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Gráfico 6 - Análise dos resultados do exercício



Em conformidade com as demonstrações financeiras de cada UO, destacam-se as seguintes contributos para o resultado consolidado:

- A RUNL registou um prejuízo no valor de 172 791 euros em 2016, verificando-se uma variação negativa em termos absolutos de 156 477 euros relativamente ao ano anterior. Dos diversos fatores que contribuíram para o decréscimo do resultado líquido do exercício destaca-se o aumento dos custos com o pessoal devido essencialmente à reversão da redução remuneratória;

- O Resultado líquido da FCT registou um valor negativo de 643 347 euros em 2016, tendo-se verificado uma variação positiva em termos absolutos de 694 694 euros (52%) face a 2015. Este aumento foi influenciado pela diminuição dos custos, nomeadamente nos custos e perdas extraordinários derivado do lançamento de anulação da provisão de propinas consideradas incobráveis referentes aos anos letivos entre 1997/1998 e 2006/2007 no ano de 2015, no valor de 1 331 548 euros, com reflexo no aumento dos proveitos e ganhos extraordinários;

- A FCSH apresentou um RLE negativo de 165 202 euros, apresentando um aumento de resultados em termos absolutos de 642 574 euros. Este aumento resulta essencialmente das transferências de Orçamento de Estado com um acréscimo de 573 965 euros, no âmbito do financiamento à investigação, face ao ano anterior. Verificou-se um aumento dos custos inerentes às restituições de verbas relacionadas com projetos, no âmbito da investigação científica e ao aumento do número de bolseiros de investigação (cerca de 30). Registou-se também um acréscimo nos proveitos associados a propinas e outras taxas cobradas a alunos;

- A FD obteve no ano de 2016 um resultado positivo no valor de 47 851 euros, tendo registado um decréscimo de 93 670 euros face ao ano transato. Para essa variação negativa dos resultados contribuiu o aumento dos custos com o pessoal em 420 499 euros (25,1%). Verificou-se um aumento dos proveitos em impostos e taxas no valor de 320 757 euros (24,7%,) o qual foi manifestamente insuficiente para fazer face ao aumento dos custos;

- A Nova SBE apresentou um RLE positivo no montante de 11 544 743 euros, tendo-se verificado uma variação extraordinariamente positiva relativamente ao resultado obtido no ano anterior no valor de 11 508 009 euros, justificada pela alienação do imóvel denominado Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra pelo valor de 12 000 000 euros que esteve na base do aumento dos proveitos e ganhos extraordinários em 12 528 437 euros relativamente ao ano anterior. Contribuiu também, para o resultado o aumento de receitas provenientes de propinas e emolumentos, tendo-se verificado uma variação positiva de 753 000 euros relativamente a 2015, sobretudo devido ao aumento dos alunos de mestrados. Relativamente à estrutura de custos e perdas, os gastos com o pessoal representam cerca de 61,72% dos custos totais, sendo esta a principal rubrica dos custos a apresentar um aumento significativo face ao ano 2015, justificado sobretudo pela reversão da redução remuneratória.

- A NMS/FCM apresentou um RLE negativo de 734 336 euros, tendo ocorrido uma variação absoluta negativa de 758 443 euros face ao ano transato, que se deve essencialmente ao aumento dos custos, nomeadamente em fornecimentos e serviços externos (164 407 euros) relacionados com o funcionamento do edifício do polo de investigação, aumento das despesas com matérias-primas (588 767 euros), e o aumento de custos com pessoal (1 027 087 euros), devido essencialmente à reposição salarial dos funcionários. Nos proveitos e ganhos verificou-se um ligeiro aumento na rubrica de impostos e taxas (7,7%) e um aumento significativo dos proveitos suplementares (63,2%) insuficientes para compensar o aumento dos custos;

- Em 2016 a ENSP atingiu um RLE positivo no montante de 23 989 euros, tendo-se verificado uma variação negativa em termos absolutos relativamente ao resultado obtido no ano anterior de 85 836 euros, justificado essencialmente pela diminuição do valor das vendas e prestações de serviços devido à finalização dos projetos de formação em Angola no valor de 413 571 euros (93,1%) e os proveitos suplementares com uma diminuição de 131 075 euros (33,6%). Relativamente aos custos, a rubrica fornecimentos e serviços externos apresenta uma diminuição no valor de 120 397 euros relativamente ao ano transato, devido à redução do valor dos trabalhos especializados associados a projetos de investigação;

- IHMT atingiu um RLE negativo de 376 734 euros no presente ano, tendo-se verificado uma variação absoluta negativa de 316 087 euros face ao ano transato, motivado pelo abrandamento das principais atividades da instituição, nomeadamente investigação e prestações de serviços à comunidade. Contudo importa salientar que o incremento do património imóvel do Instituto no ativo, reavaliado em 2009, a par das obras de requalificação do edifício e laboratórios traduzem-se num aumento dos custos com amortizações do exercício desta natureza. Registou-se um aumento dos custos com o pessoal no valor de 116 054 euros (2,2%) comparativamente com o ano anterior, justificado pelo corte salarial que vinha sendo aplicado desde 2011 e que já havia sido revertido em 20%, ter sido suprimido nos restantes 80% ao longo do ano de 2016. No corrente ano, os cortes salariais foram paulatinamente reduzidos, à razão de 25% em cada trimestre, a começar em janeiro. Em outubro, os funcionários passaram a receber um salário idêntico ao que usufruíam em 2010. Estas alterações, resultantes da aplicação da Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, influenciaram diretamente o total dos encargos com o pessoal;

- O Resultado da NOVA IMS foi de 218 691 euros e resultou essencialmente dos resultados extraordinários. Este crescimento deve-se essencialmente à regularização da especialização de acréscimos de custos efetuados no ano de 2015 no âmbito de projetos de investigação, cujos gastos não ocorreram na totalidade no ano de 2016;

- O ITQB apresentou um prejuízo no valor de 41 871 euros, tendo-se verificado uma variação negativa no valor de 307 735 euros relativamente ao ano transato. Na receita de projetos registou-se uma quebra de 11% face ao ano anterior, a qual foi parcialmente compensada em 631% com o crescimento da receita com *Bench Fees*/Propinas/Emolumentos. Na ótica da despesa, os custos com o pessoal aumentaram em 233 544 euros (5,4%), tendo contribuído para este aumento a reposição salarial e a concretização de concursos internacionais para recrutamento de 4 investigadores;

- Em 2016, o SAS apresentou um resultado negativo no valor de 16 255 euros, o que representa uma variação negativa em termos absolutos no valor de 66 225 euros face ao ano anterior, para a qual contribuiu a redução do valor das vendas e prestações de serviços no valor de 111 421 euros (8,2%) e o aumento das despesas com o pessoal devido à extinção das reduções das remunerações que ocorreu no decurso do ano em análise, de forma progressiva e trimestral.

3.3. PROVEITOS E GANHOS

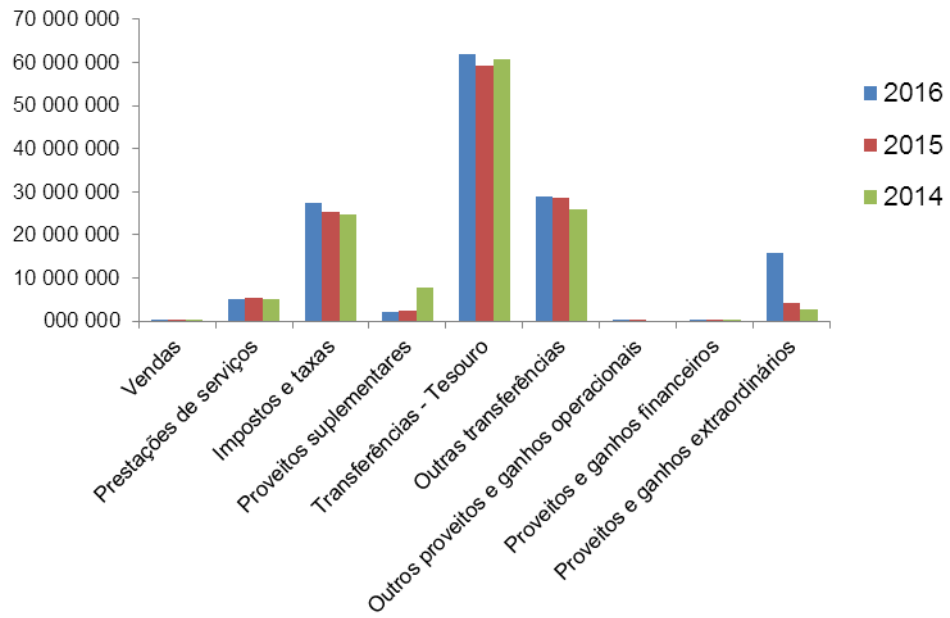
Quadro 13 - Proveitos e ganhos

Proveitos e Ganhos	2016	2015	2014
Vendas	399 049	300 716	380 337
Prestações de serviços	4 960 380	5 358 459	4 974 553
Impostos e taxas	27 353 700	25 433 612	24 781 406
Proveitos suplementares	2 124 616	2 294 475	7 844 298
Transferências - Tesouro	62 058 141	59 344 905	60 847 900
Outras transferências	29 045 927	28 493 489	25 806 458
Outros proveitos e ganhos operacionais	8 667	1 243	0
Proveitos e ganhos financeiros	18 449	32 643	28 991
Proveitos e ganhos extraordinários	15 896 113	4 334 538	2 863 860
Total	**141 865 042**	**125 594 079**	**127 527 804**

Unidade: Euros

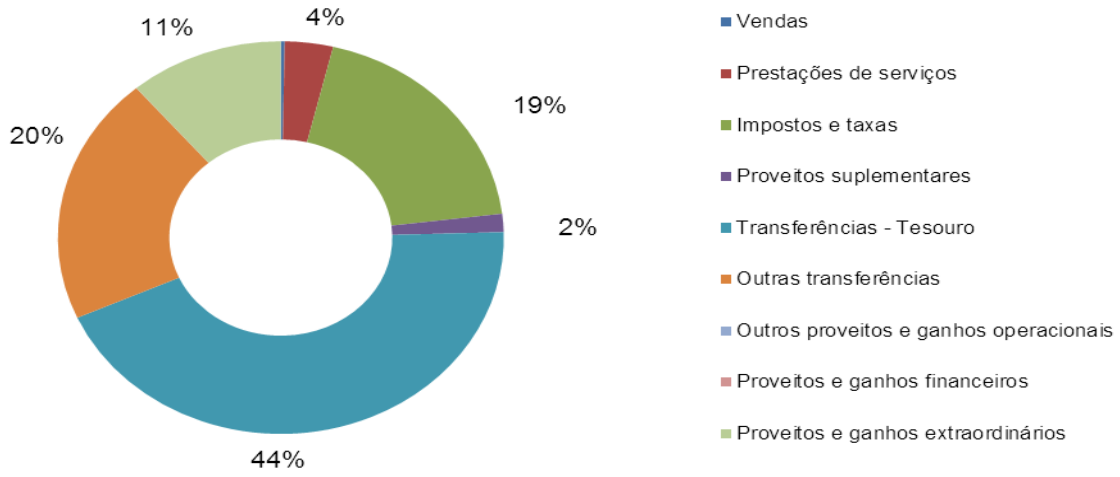
Fonte: Conta de Gerência

Gráfico 7 - Proveitos e ganhos



De acordo com o quadro 13, verificou-se um aumento dos proveitos em termos absolutos de 16 270 963 euros em relação ao ano transato, que se deveu, essencialmente, ao aumento dos proveitos e ganhos extraordinários referente à alienação do imóvel denominado Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra pelo valor de 12 000 000 euros, que esteve na base do aumento dos proveitos e ganhos extraordinários na Nova SBE. Na rubrica transferências do tesouro verificou-se um aumento de 2 713 236 face ao ano anterior, justificado pelo reforço atribuído pelo Orçamento de Estado para compensar a reposição da redução remuneratória que ocorreu no decurso do ano 2016.

Gráfico 8 - Análise proveitos



Numa análise mais detalhada das rubricas destacam-se:

- Transferências do tesouro (verbas provenientes do OE) que representaram 44% dos proveitos ;
- Impostos e taxas com 19%, referentes a propinas e emolumentos;
- Outras transferências resultantes de receitas obtidas de serviços e fundos autónomos e de outras entidades, nomeadamente a Fundação para a Ciência e Tecnologia, e outros financiamentos para projetos de investigação e bolsas, representando 20%, o que representou um decréscimo do peso relativo de 3% face a 2015 e em termos absolutos ocorreu um aumento de 552 438 euros;
- As prestações de serviços que representam 4% dos proveitos;
- Os proveitos suplementares, obtidos em alugueres de equipamentos e instalações e estudos, cujo montante representa 2% das verbas arrecadadas;
- Os proveitos e ganhos extraordinários (11%) devem-se essencialmente à alienação do imóvel denominado Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra.

Quadro 14 - Detalhe de rubrica de vendas e prestação de serviços

Vendas e Prestação de Serviços	2016	2015	2014
Vendas	**399 049**	**300 716**	**380 337**
Mercadorias	209 092	47 358	59 706
Produtos Acabados e Intermédios	189 957	253 357	320 632
Prestações de Serviços	**4 960 380**	**5 358 459**	**4 974 553**
Serviços de Alimentação	241 289	302 859	262 523
Serviço de Alojamento	681 438	674 366	637 446
Realização de Análises Clinicas	279 979	255 595	313 555
Serviços prestados ao exterior	1 573 408	1 502 238	1 280 651
Serviços Diversos	2 175 187	2 596 493	2 449 618
Análises	9 079	26 909	30 760

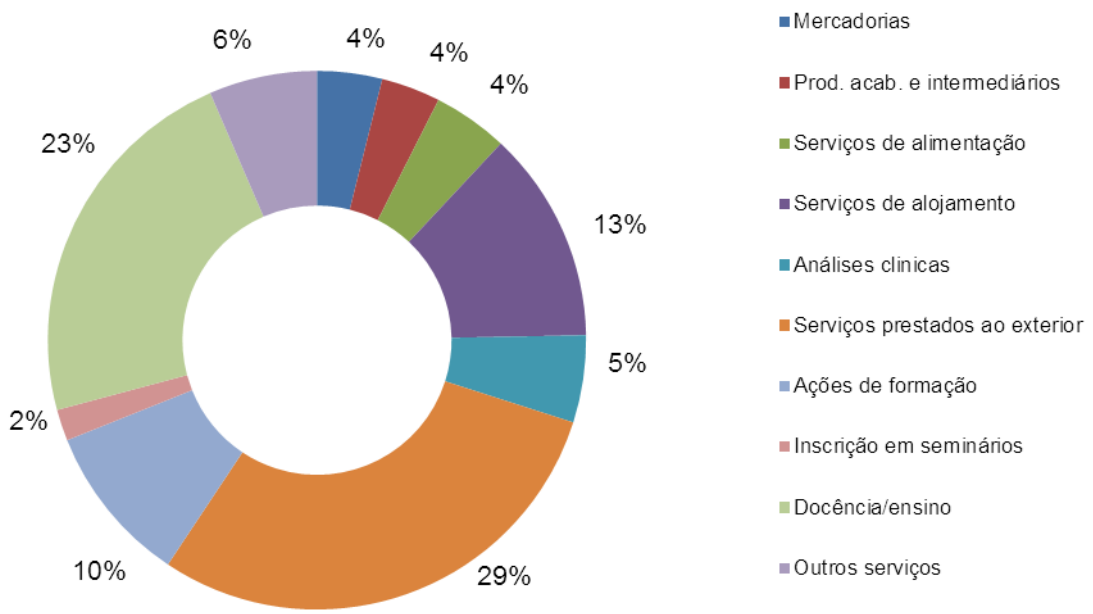
Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Em relação às vendas e prestações de serviços destacam-se:

- Serviços diversos (41%), na qual se englobam proveitos diversos de docência (23%), ações de formação (10%) e outros (seminários e outros serviços) (8%);
- Serviços prestados ao exterior (29%), no âmbito da realização de estudos e assistência técnica;
- Serviços de alojamento (13%) e serviços de alimentação (5%).

Gráfico 9 - Vendas e prestações de serviços



3.4. CUSTOS E PERDAS

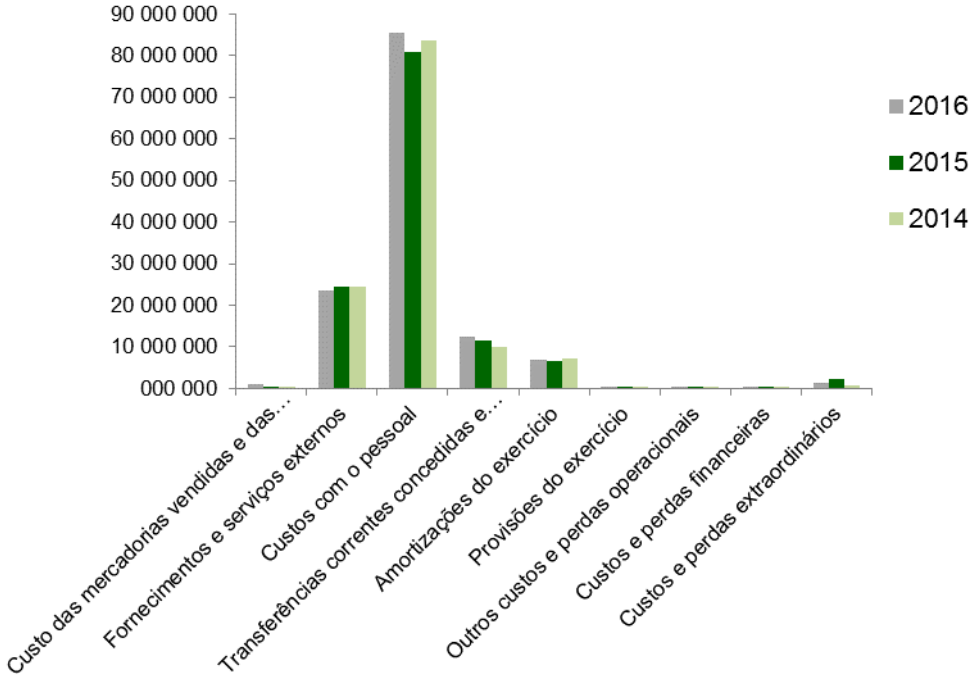
Quadro 15 - Custos e perdas

Custos e Perdas	2016	2015	2014
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 027 179	453 903	442 145
Fornecimentos e serviços externos	23 623 010	24 418 912	24 343 034
Custos com o pessoal	85 453 926	80 789 867	83 612 061
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	12 420 016	11 458 470	10 052 376
Amortizações do exercício	6 885 137	6 732 633	7 242 556
Provisões do exercício	129 769	464 125	205 920
Outros custos e perdas operacionais	281 325	174 408	283 493
Custos e perdas financeiras	100 570	104 252	83 293
Custos e perdas extraordinários	1 264 102	2 266 628	585 120
Total	**131 185 033**	**126 863 198**	**126 849 999**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Gráfico 10 - Custos e perdas



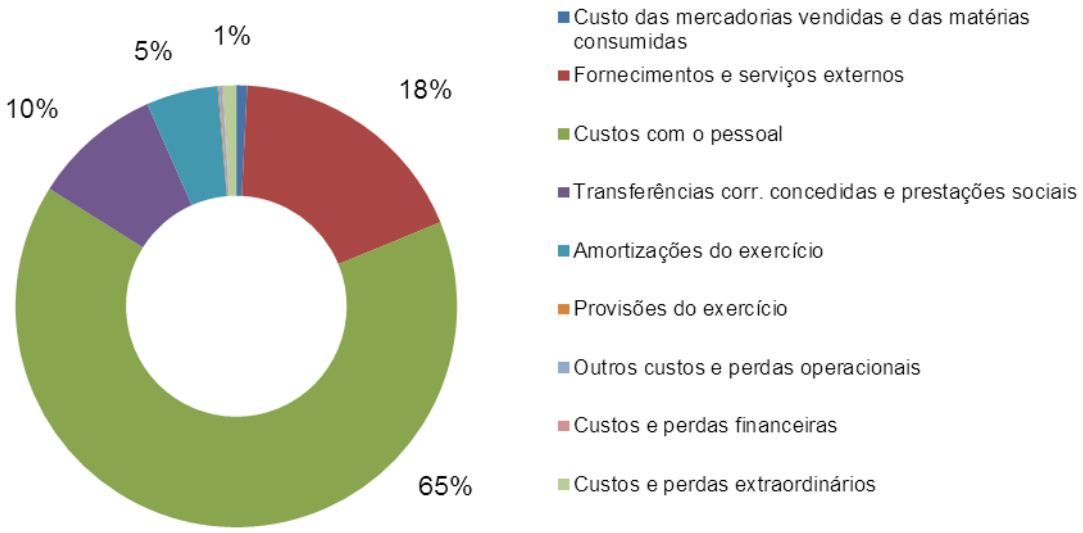
Da análise das grandes rubricas salienta-se o facto das despesas com o pessoal representarem 65% (valor calculado com base nas despesas pagas mais os acréscimos, referentes ao subsidio de férias e férias a pagar no ano seguinte) e os fornecimentos e serviços externos 18% do valor total.

Ao nível dos custos com pessoal, verificou-se um aumento de 4 664 059 euros face ao ano 2015. Para este acréscimo contribuiu significativamente a reposição salarial dos funcionários.

As transferências correntes concedidas e as prestações sociais representaram 9% dos custos, e englobam as bolsas, subsídios atribuídos e transferências para instituições sem fins lucrativos.

Em termos de apuramento do resultado líquido do exercício as amortizações do exercício representam 5% do total da estrutura de custos.

Gráfico 11 - Análise dos custos e perdas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, para o setor de educação, (POC-Ed) – Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro e do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, como se se tratasse de uma única entidade e com estas pretende-se dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados obtidos pela UNL.

As demonstrações financeiras consolidadas integram:

- Balanço consolidado;
- Demostração dos resultados consolidados;
- Anexo ao balanço consolidado e à demonstração dos resultados consolidados.

Todos estes documentos foram elaborados com base nas normas estabelecidas no POC-Ed, na aplicação de critérios e procedimentos uniformizados e continuidade de operações, por parte de todas as entidades que integram o grupo de consolidação.

A 31 de dezembro de 2016, foram apurados os custos diferidos, relativos a seguros e outros serviços em curso, bem como os acréscimos de custos com comunicações, água, energia, gás e outros serviços, conforme previsto pelo princípio da especialização. No âmbito do mesmo princípio, foram também calculados os acréscimos de custos com as férias e subsídios de férias do ano, que serão pagos em 2017. Foram também registados, proveitos diferidos relativos a propinas e bolsas.

As contas foram consolidadas pelo método de agregação simples, que consiste em adicionar as demonstrações financeiras das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Para além disso as principais transações ocorridas entre as entidades foram eliminadas, nomeadamente:

- As dívidas entre entidades incluídas na consolidação;
- Os proveitos e ganhos e os custos e perdas relativos a operações efetuadas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Operações de transferências e subsídios entre as entidades.

4.1. BALANÇO CONSOLIDADO

Quadro 16 – Balanço

POC	ATIVO	Exercícios 2016 A.B.	2016 A.A.	2016 A.L.	2015 A.L.
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
45.1	Terrenos e recursos naturais				
45.2	Edifícios				
45.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	44 865		44 865	44 865
		44 865	0	44 865	44 865
	Imobilizações Incorpóreas:				
43.1	Despesas de Instalação				
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	1 019 153	426 596	592 557	585 060
44.3	Imobilizações em curso de imob. Incorpóreas				
		1 019 153	426 596	592 557	585 060
	Imobilizações corpóreas:				
42.1	Terrenos e recursos naturais	65 955 760		65 955 760	48 180 818
42.2	Edifícios e outras construções	180 661 531	53 163 874	127 497 657	133 494 732
42.3	Equipamento básico	53 162 172	48 241 210	4 920 962	6 092 655
42.4	Equipamento de transporte	132 878	131 616	1 262	1 548
42.5	Ferramentas e utensílios	1 549 378	1 261 386	287 992	312 727
42.6	Equipamento administrativo	27 236 617	24 783 131	2 453 486	2 578 080
42.7	Taras e vasilhame	3 084	3 084		
42.9	Outras imobilizações corpóreas	23 246 154	22 701 717	544 437	463 597
44.2	Imobilizações em curso de imob. corpóreas	13 445 222		13 445 222	17 622 736
44.8	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas				
		365 392 796	150 286 018	215 106 778	208 746 893
	Investimentos Financeiros:				
41.1	Partes de capital	200 914	124 500	76 414	76 414
41.2	Obrigações e títulos de participação	1 934 138		1 934 138	1 516 206
41.5	Outras aplicações financeiras	986 087		986 087	1 031 801
		3 121 139	124 500	2 996 639	2 624 421
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	136 562		136 562	181 516
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	54 634		54 634	42 350
37	Adiantamento por conta de compras				
		191 196	0	191 196	223 867
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
28.1.2+28.2.2	Empréstimos concedidos	4 440		4 440	5 438
21	Clientes, alunos e utentes				
26	Outros devedores				
		4 440	0	4 440	5 438
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
21.1	Clientes, c/c	2 668 751		2 668 751	2 189 999
21.2	Alunos c/c	9 441 066		9 441 066	9 777 892
21.3	Utentes c/c	52 834		52 834	81 299
21.4	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber				
21.8	Clientes, alunos e utentes de cobr.duvidosa	3 193 274	2 773 262	420 012	352 052
25.1	Devedores pela execução do orçamento				
22.9	Adiantamentos a fornecedores	11 689		11 689	10 506
26.1.9	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	322 804		322 804	304 126
26	Outros devedores	9 856 152		9 856 152	6 252 201
		25 546 570	2 773 262	22 773 308	18 968 076
	Depósitos bancários e caixa:				
13	Conta no tesouro	33 656 409		33 656 409	19 921 179
12	Depósitos bancários	9 469 701		9 469 701	8 812 521
11	Caixa	39 250		39 250	38 874
		43 165 360		43 165 360	28 772 574
	Acréscimos e diferimentos				
27.1	Acréscimos de proveitos	5 224 803		5 224 803	4 984 344
27.2	Custos diferidos	283 214		283 214	244 390
		5 508 017		5 508 017	5 228 734
	Total de amortizações		**150 712 614**		
	Total de provisões		**2 897 762**		
	Total do ativo	**443 993 535**	**153 610 376**	**290 383 160**	**265 199 927**

Unidade: Euros
Fonte: Conta de Gerência

POC	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2016	Exercícios 2015
	Fundos próprios:		
51	Capital	117 332 222	117 332 222
55	Ajustam. de partes de capital em emp. ou ent.	382 173	5 136
56	Reservas de reavaliação	32 095 766	20 747 640
		149 810 161	138 084 999
	Reservas:		
57.1	Reservas legais		
57.2	Reservas estatutárias		
57.3	Reservas contratuais	1 491	1 491
57.4	Reservas livres	16 449 885	16 449 885
57.5	Subsídios	9 035 599	9 035 599
57.6	Doações	- 442 943	- 401 814
57.7	Reservas decorrentes da transf. de activos	160 967	160 967
		25 204 999	25 246 127
59	Resultados transitados	6 061 834	7 326 667
88	Resultado líquido do exercício	10 680 008	-1 269 120
		16 741 842	6 057 548
	Total dos fundos próprios	191 757 002	169 388 673
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e encargos	296 336	296 336
		296 336	296 336
	Dívidas a terceiros - m. l. prazo		
23	Empréstimos obtidos		
26.1	Fornecedores imob. c/c		
26	Outros credores		
		0	0
	Dívidas a terceiros - curto prazo		
21.1.1+23.2.11	Empréstimos por dívida titulada		
23.1.12+23.2.12	Empréstimos por dívida não titulada		
26.9	Adiantamentos por conta de vendas		
22.1	Fornecedores c/c	374 701	111 190
22.8	Fornecedores - Facturas em recep. e confer.		
26.1.2	Fornecedores imob. - Títulos a pagar		
25.2	Credores pela execução do orçamento		
21.9	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	65	
26.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	8 375 841	8 339 661
24	Estado e outros entes públicos	1 299 528	1 264 714
26	Outros credores	8 767 465	6 377 570
		18 817 600	16 093 134
	Acréscimos e diferimentos:		
27.3	Acréscimos de custos	12 399 744	11 542 199
27.4	Proveitos Diferidos	67 112 478	67 879 584
		79 512 222	79 421 784
	Total do passivo	**98 626 158**	**95 811 254**
	Total do passivo e dos fundos próprios	**290 383 160**	**265 199 927**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

No quadro seguinte apresenta-se a análise comparativa no último biénio das principais rubricas do ativo líquido:

Quadro 17 – Ativo Líquido

Ativo Líquido	2016		2015		Δ 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	absoluta	relativa
Ativo Imobilizado						
Bens de domínio público	44 865	0%	44 865	0%	0	0%
Imobilizações incorpóreas	592 557	0%	585 060	0%	7 497	1%
Imobilizações corpóreas	215 106 778	74%	208 746 893	79%	6 359 885	3%
Investimentos financeiros	2 996 639	1%	2 624 421	1%	372 218	14%
Total (1)	218 740 839	75%	212 001 239	80%	6 739 600	3%
Ativo Circulante						
Existências	191 196	0%	223 867	0%	- 32 671	-15%
Dívidas de terceiros	22 777 748	8%	18 973 514	7%	3 804 234	20%
Disponibilidades	43 165 360	15%	28 772 574	11%	14 392 786	50%
Total (2)	66 134 304	23%	47 969 954	18%	18 164 350	38%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de proveitos	5 224 803	2%	4 984 344	2%	240 460	5%
Custos diferidos	283 214	0%	244 390	0%	38 824	16%
Total (3)	5 508 017	2%	5 228 734	2%	279 283	5%
Total Ativo Líquido (1) +(2) +(3)	**290 383 160**	**100%**	**265 199 927**	**100%**	**25 183 233**	**9,50%**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Em 2016, o ativo líquido da UNL atingiu 290 383 160 euros, o que representou uma variação relativa de 9,5% face a 2015.

O ativo imobilizado, cifrou-se em 218 740 839 euros no exercício em análise, o que representa 75% do ativo líquido total, registou um aumento de 6 739 600 euros, equivalente a uma variação positiva de 3% face ao ano anterior, tendo contribuído significativamente para esse aumento a contabilização dos imóveis e do terreno do IHMT tendo por base a reavaliação efetuada no ano de 2009 pelo Eng.º Tomás Alberto Cardoso Aires. A reavaliação do terreno ascendeu a 15 671 387 euros e a reavaliação do património imóvel do Instituto (Edifício principal, Biotério, Edifício dos Macacos, Edifício do Canil e o Edifício da Clínica) ascendeu a 13 235 103 euros, tendo originado acréscimos no ativo bruto no valor de 15 671 387 euros (referente ao terreno) e 9 801 168 euros (relativo aos edifícios). O impacto líquido deste movimento foi de 16 378 483 euros.

Com a alienação do imóvel denominado Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra, propriedade da Nova SBE[3], o ativo líquido diminuiu em termos absolutos em 4 533 520 euros (relativo aos edifícios) e 2 055 486 euros (relativo ao terreno).

O ativo circulante ascendeu a 66 134 304 euros, o que representa 23% do ativo líquido total, equivalente a uma variação positiva de 38% face ao ano transato, sendo a classe de disponibilidades a que mais contribuiu para esse aumento.

As disponibilidades aumentaram em termos absolutos em 14 392 786 euros, tendo contribuído significativamente para este aumento a alienação do Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra no valor de 12 000 000 euros.

Os acréscimos de proveitos e custos diferidos foram de 5 508 017 euros , representando 2% do ativo líquido total.

Quadro 18 – Fundos Próprios e Passivo

Fundos Próprios e Passivo	2016		2015		Δ 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	absoluta	relativa
Fundos Próprios						
Capital	117 332 222	40%	117 332 222	44%	0	0%
Ajust. partes capital em entidades	382 173	0%	5 136	0%	377 037	7340%
Reservas	57 300 764	20%	45 993 767	17%	11 306 997	25%
Resultados transitados	6 061 834	2%	7 326 667	3%	-1 264 833	-17%
Resultado líquido exercício	10 680 008	4%	-1 269 120	0%	11 949 128	942%
Total (1)	191 757 002	66%	169 388 673	64%	22 368 329	13%
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	296 336	0%	296 336	0%	0	0%
Dividas a terceiros	18 817 600	6%	16 093 134	6%	2 724 466	17%
Acréscimos de custos	12 399 744	4%	11 542 199	4%	857 544	7%
Proveitos diferidos	67 112 478	23%	67 879 584	26%	- 767 106	0%
Total (2)	98 626 158	34%	95 811 254	36%	2 814 904	3%
Total F.P e Passivo (1) +(2)	**290 383 160**	**100%**	**265 199 927**	**100%**	**25 183 233**	**9,50%**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Os fundos próprios registaram um aumento de 22 368 329 euros em 2016, relacionado essencialmente com o aumento das reservas em 11 306 997 euros, e do resultado líquido

[3] Venda autorizada pela resolução do Conselho de Ministros 27/2016

do exercício em 11 949 128 euros, tendo contribuído essencialmente para este resultado a venda do Palácio Henrique Mendonça / Casa Ventura Terra.

Em 2016, o total dos fundos próprios e passivo ascendeu a 290 383 160 euros, aumentando face ao ano anterior em 25 183 233 euros. Este aumento foi essencialmente devido à variação positiva das reservas e do resultado líquido do exercício.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Quadro 19 - Demostração de resultados por natureza

Código das Contas		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
	Custos e Perdas				
61	Custo mercadorias vend. e das mat. consumidas:				
	Mercadorias	10 472		12 678	
	Matérias	1 016 707	1 027 179	441 224	453 903
62	Fornecimentos e serviços externos		23 623 010		24 418 912
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	69 874 909		66 019 772	
643 a 648	Encargos sociais	15 579 017	85 453 926	14 770 095	80 789 867
63	Transferências correntes conc. e prest. sociais		12 420 016		11 458 470
66	Amortizações do exercício	6 885 137		6 732 633	
67	Provisões do exercício	129 769	7 014 906	464 125	7 196 758
65	Outros custos e perdas operacionais		281 325		174 408
	(A)		**129 820 362**		**124 492 318**
68	Custos e perdas financeiras		100 570		104 252
	(C)		**129 920 932**		**124 596 570**
69	Custos e perdas extraordinários		1 264 102		2 266 628
	(E)		**131 185 034**		**126 863 198**
88	Resultado líquido do exercício		10 680 008		-1 269 120
			141 865 042		**125 594 079**
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas	399 049		300 716	
712	Prestações de serviços	4 960 380	5 359 429	5 358 459	5 659 174
72	Impostos taxas		27 353 700		25 433 612
73	Proveitos suplementares		2 124 616		2 294 475
74	Transferências e subsídios correntes obtidos				
741	Transferências - Tesouro		62 058 141		59 344 905
742 e 743	Outras		29 045 927		28 493 489
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		8 667		1 243
	(B)		**125 950 480**		**121 226 898**
78	Proveitos e ganhos financeiros		18 449		32 643
	(D)		**125 968 929**		**121 259 541**
79	Proveitos e ganhos extraordinários		15 896 113		4 334 538
	(F)		**141 865 042**		**125 594 079**
			141 865 042		**125 594 079**
	Resultados Operacionais: (B)-(A)	**-3 869 882**		**-3 265 420**	
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	**- 82 121**		**- 71 609**	
	Resultados Correntes: (D-C)	**-3 952 003**		**-3 337 029**	
	Resultados Líquido do Exercício: (F-E)	**10 680 008**		**-1 269 120**	

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

4.3. ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contas para o setor da Educação (POC-Ed). As notas cuja numeração é omissa neste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Os valores monetários são expressos em euros.

I. Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras

1.1. Relativamente às entidades incluídas na consolidação:

As contas das entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras foram consolidadas pelo método da simples agregação, após eliminação de todas as transações ocorridas entre estas.

Fazem parte do perímetro de consolidação da UNL, as seguintes entidades:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (FCT)
  Sede: Quinta da Torre, 2829-516 Caparica
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH)
  Sede: Avenida de Berna 26- C, 1069-061 Lisboa
- Nova School of Business and Economics / Faculdade de Economia da Universidade NOVA de Lisboa (Nova SBE)
  Sede: Travessa Estevão Pinto, *Campus* de Campolide, 1099-032 Lisboa
- Nova Medical School/Faculdade de Ciências Médicas da Universidade NOVA de Lisboa (NMS/FCM)
  Sede: Campo dos Mártires da Pátria nº 130
- Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa (FD)
  Sede: Travessa Estevão Pinto, *Campus* de Campolide, 1099-032 Lisboa
- NOVA Information Management School /Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA IMS)
  Sede: Travessa Estevão Pinto, *Campus* de Campolide, 1070-312 Lisboa
- Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade NOVA de Lisboa (ITQB)

Sede: Avenida da República, Estação Agronómica Nacional, 2780-157 Oeiras

- Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa (IHMT)
  Sede: Rua da Junqueira, nº 100, 1349-008 Lisboa
- Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade NOVA de Lisboa (ENSP)
  Sede: Avenida Padre Cruz, 1600-560 Lisboa
- Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa
  Sede: *Campus* de Campolide, 1099-085 Lisboa
- Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa (SAS)
  Sede: Travessa Estevão Pinto, *Campus* de Campolide, 1099-032 Lisboa

Foi também incluído no perímetro de consolidação:

- O núcleo de prestação de serviços à comunidade – Núcleo de Prestação de Serviços do ITQB (CTQB-NPS) –, sem autonomia administrativa e financeira, incluído no ITQB, foi integrado nas demonstrações financeiras deste instituto.

1.2. Relativamente a entidades não incluídas na consolidação:

Sendo que a condição de controlo é um critério fundamental em matéria de consolidação de contas, uma vez que permite delimitar o perímetro de consolidação, isto é, possibilita a definição de quais as entidades a consolidar. Foi analisada, casuisticamente, a relação entre entidades, para validar a existência de controlo e quais os casos em que se verificava "*pelo menos uma condição de poder e uma condição de resultado*".

De acordo com a análise efetuada, não foram incluídas no perímetro de consolidação atendendo à sua natureza jurídica e considerando o não cabimento destas entidades no conceito de controlo e presunção de controlo das seguintes entidades:

- ILNOVA – Instituto de Línguas da Universidade NOVA;
- CEH – Centro de Estudos Históricos;
- CIMJ – Centro de Investigação Média e Jornalismo;
- CRIA – Polo FCSH – Centro em Rede de Investigação em Antropologia – polo FCSH;
- CECL – Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens;
- CETAPS – Polo FCSH - *Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies*.
- NOVA Forum – Instituto de Formação de Executivos da Universidade NOVA de Lisboa;
- Associação *The Lisbon* MBA Católica | NOVA;

- Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical (ADMT);
- Associação para a Promoção da Investigação na Faculdade de Ciência Médicas (APIFCM);
- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ADISEGI);
- UNINOVA – Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias;
- Associação Parque de Ciência a Tecnologia Almada / Setúbal - MADAN PARQUE.

Contudo, todas as Unidades Orgânicas refletiram nas suas contas todos os aspetos financeiros relacionados com a sua participação nestas entidades, sejam quotas, contribuições para o património social, contratos de prestação de serviços, entre outros.

Tendo a decisão de extinção da Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia sido tomada em 2014, esta ainda não foi possível em 2016 concretizar, porque continuam a existir projetos de investigação em curso, nomeadamente financiados pela Comissão Europeia. Nestes casos, contrariamente ao que foi possível fazer com os projetos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que foram autorizados a transitar de instituição acolhedora, não foi possível transferi-los para outra instituição, pelo que continuam a ser executados pela FFCT até ao seu termo, não havendo uma data prevista para a sua conclusão.

Por este motivo, ainda não foi possível proceder à efetiva liquidação da FFCT, que se encontra em curso.

1.3. Número de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Quadro 20 - Nº de trabalhadores por categoria

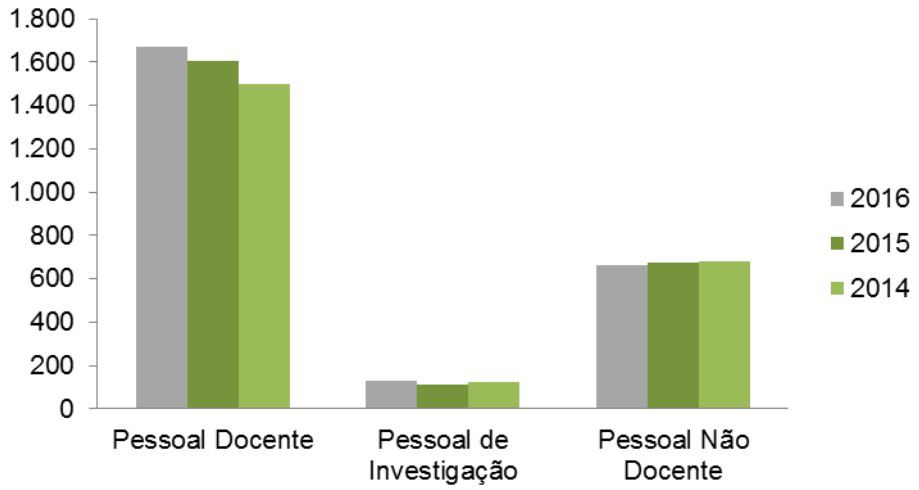
Pessoal	2016 (*)	2015	2014
Pessoal Docente	**1.673**	**1.603**	**1 498**
Professores Catedráticos	116	118	132
Professores Associados	206	196	200
Professores Auxiliares	800	771	729
Outros	551	518	437
Pessoal de Investigação	127	113	125
Pessoal Não Docente	664	674	679
Total	**2.464**	**2.390**	**2 302**

Fonte: DRH da Reitoria

(*) A informação relativa ao pessoal de 2016 é provisória, considerando que à data da elaboração do presente relatório não foi possível apurar os valores definitivos.

No quadro 20, foi atualizada a informação relativa ao exercício 2015 para os valores definitivos, substituindo os dados provisórios constantes no relatório e contas consolidadas de 2015.

Gráfico 12- Evolução do nº de trabalhadores



III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação

13. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas na consolidação quanto à contabilização das participações em associadas.

a. Conforme opção prevista no POC-Ed foi utilizado o custo de aquisição.

14. No caso de ter sido adotada a opção prevista na alínea d) do n.º 12.5.3.3.1 das normas, discriminação das respetivas diferenças.

a. As participações em associadas encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição. Não foi utilizado o método de equivalência patrimonial por indisponibilidade de demonstrações financeiras das participadas.
b. A FCT utilizou o método de equivalência patrimonial registando em "Obrigações e títulos de participação" e "Outras aplicações financeiras" os valores referentes às suas participadas.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas

18. *Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões*.

As demonstrações financeiras consolidadas da *Universidade NOVA de Lisboa* foram preparadas em conformidade com a Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, que define as normas relativas à contabilidade para o Setor da Educação, tendo por base os registos contabilísticos das entidades incluídas no perímetro de consolidação referidas no ponto 1.1.

Todos os registos e documentos efetuados foram preparados segundo a convenção dos custos históricos e partindo do pressuposto da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos da consistência, prudência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma, materialidade e não compensação e com o intuito de constituir um instrumento de informação para uma boa gestão.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Existências

As existências são valorizadas pelo custo de aquisição, que inclui o preço de fatura e todas as despesas incorridas, até à sua entrada em armazém. As saídas são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) Imobilizações corpóreas e amortizações

- As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição;
- Algumas imobilizações corpóreas foram registadas após processos de reavaliações (edifícios reavaliados por entidade externa);
- As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, com base nas taxas máximas estabelecidas pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

c) Dívidas de terceiros

Foram registadas provisões para dívidas a receber com base nos créditos em risco de cobrança.

d) Disponibilidades

Nesta rubrica inclui-se todas as disponibilidades imediatas e as aplicações de tesouraria.

e) Acréscimos de proveitos

São reconhecidos no exercício os proveitos provenientes de projetos de investigação na proporção dos custos incorridos com os mesmos até à data do fecho de contas, mesmo quando as entidades financiadoras transferem os montantes em exercícios seguintes.

f) Acréscimo de custos – Encargos com férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente o valor das férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar foi contabilizado nos custos do exercício a que dizem respeito por contrapartida de acréscimos de custos.

g) Proveitos diferidos

Foram contabilizadas as transferências de projetos e as propinas de cursos a serem reconhecidas nos exercícios seguintes. As transferências de capital do

Orçamento do Estado foram reconhecidas como proveitos sendo contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

19. *Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira*.

As transações em moeda estrangeira foram registadas, em euros, pelas cotações em vigor à data das operações tendo sido registados os respetivos custos/proveitos relativos a diferenças cambiais.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas

22. *Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço consolidado e nas respetivas amortizações constam dos quadros apresentados em seguida:*

Quadro 21 - Ativo Imobilizado em 31/12/2016

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transfer. e Abates	Saldo final
Bens de domínio público						
Bens de patrim. histórico, artist. e c	44 865					44 865
	44 865					44 865
Imobilizações incorpóreas						
Propriedade industrial e outros direit	994 987		24 166			1 019 153
	994 987		24 166			1 019 153
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	48 180 818		19 830 429		-2 055 486	65 955 761
Edifícios e outras construções	175 955 107	773	13 873 886		-9 168 235	180 661 531
Equipamento básico	52 238 483		1 235 578		- 311 888	53 162 172
Equipamento de transporte	211 810				- 78 933	132 878
Ferramentas e utensílios	1 491 332		59 693		- 1 648	1 549 378
Equipamento administrativo	26 205 436		1 408 186		- 377 004	27 236 617
Taras e vasilhame	3 084					3 084
Outras imobilizações corpóreas	23 195 077		193 349		- 142 272	23 246 154
Imobilizações em curso	17 622 736		129 814		-4 307 329	13 445 222
	345 103 883	773	36 730 935		-16 442 795	365 392 796
Investimentos financeiros						
Partes de capital	200 914					200 914
Obrigações e títulos de participação	2 548 007		372 218			2 920 225
	2 748 921		3 72 218			3 121 139
Total	**348 892 656**	**773**	**37 127 319**		**-16 442 795**	**369 577 953**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Em 2016, ao abrigo do Decreto-Lei nº 280/2007 de 7 de agosto a Reitoria procedeu à cedência do Edifício Polivalente sito no Campus de Campolide, em Lisboa à Faculdade de Direito, em conformidade com o Auto de Cedência nº 1/2016, tendo contribuído para o aumento do imobilizado líquido dessa faculdade em 2 273 608 euros.

A Reitoria procedeu à transferência da conta 442 - Imobilizado em Curso para a conta 421 – Terrenos e Recursos Naturais, relativa às Expropriações do *Campus* da Caparica, no valor de 4 159 042 euros.

Quadro 22 - Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Bens de patrim. histórico, artist. e cultural				
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	409 926	16 669		426 596
	409 926	16 669		426 596
Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	42 460 375	11 979 377	-1275 879	53 163 874
Equipamento básico	46 145 828	2 401 666	- 306 284	48 241 210
Equipamento de transporte	210 262	286	- 78 933	131 616
Ferramentas e utensílios	1 178 605	84 429	- 1 648	1 261 386
Equipamento administrativo	23 627 356	1 432 792	- 277 017	24 783 131
Taras e vasilhame	3 084			3 084
Outras imobilizações corpóreas	22 731 480	112 509	- 142 272	22 701 717
	136 356 990	16 011 060	-2 082 032	150 286 018
Investimentos financeiros				
Partes de capital	124 500			124 500
Obrigações e títulos de participação				
	124 500			124 500
Total	**136 891 417**	**16 027 729**	**-2 082 032**	**150 837 114**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

28. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam para além de cinco anos

Em 2016, estava prevista a liquidação de 8 316 458 euros referente à reafectação ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCTES) de parte do PM 65/Lisboa – Colégio de Campolide pelo Ministério da Educação Ciência, o que não se concretizou. Em 2017 foi efetuado novo acordo, entre o MCTES, Ministério da Defesa e Secretário de Estado do Tesouro que irá possibilitar liquidar esta dívida entre ministérios em prestações durante os próximos 50 anos.

Quadro 23 - Protocolo Ministério da Defesa

Protocolo Ministério da Defesa Nacional	
Referente ao ano 2005	916 458
Referente ao ano 2006	3 000 000
Referente ao ano 2007	3 000 000
Referente ao ano 2008	3 000 000
Total em dívida em 31/12/2011	**9 916 458**
Reforço orçamental a 31/12/2012	1 600 000
Total em dívida em 31/12/2016	**8 316 458**

31. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de atividade e geográficas

O valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços apresenta a desagregação apresentada no quadro seguinte:

Quadro 24 - Vendas e prestação de serviços

Vendas e Prestação de Serviços	2016	2015	2014
Vendas	**399 049**	**300 716**	**380 337**
Mercadorias	209 092	47 358	59 706
Produtos Acabados e Intermédios	189 957	253 357	320 632
Prestações de Serviços	**4 960 380**	**5 358 459**	**4 974 553**
Serviços de Alimentação	241 289	302 859	262 523
Serviço de Alojamento	681 438	674 366	637 446
Realização de Análises Clinicas	279 979	255 595	313 555
Serviços prestados ao exterior	1 573 408	1 502 238	1 280 651
Serviços Diversos	2 175 187	2 596 493	2 449 618
Análises	9 079	26 909	30 760

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

34. Indicação global, para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos de administração, de direção, de gerência ou de fiscalização da entidade mãe pelo desempenho das respetivas funções nesta e nas suas entidades filiais.

Quadro 25 - Remunerações dos Órgãos Diretivos

Remunerações dos Órgãos Diretivos	2016	2015	2014
64.1 Remunerações dos órgãos diretivos	**3 166 978**	**2 717 226**	**2 679 806**
64.1.1 Vencimentos	2 080 492	1 791 308	1 800 977
64.1.2 Subsídios de férias e de Natal	810 351	639 857	659 635
64.1.3 Suplementos de remunerações	265 861	279 855	217 366
64.1.4 Prestações sociais diretas	2 796	588	1 828
64.1.9 Outras remunerações	7 479	5 617	

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

39. Demonstração consolidada dos resultados financeiros, como segue:

Quadro 26 - Demonstração resultados financeiros

POC	Custos e perdas	Exercícios		
		2016	2015	2014
68.1	Juros suportados	338	336	1 251
68.4	Provisões para aplicações financeiras		6 355	
68.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	8 492	9 049	9 605
68.8	Outros custos e perdas financeiros	91 740	88 512	72 436
	Resultados financeiros	- 82 121	- 71 609	- 54 302
		18 449	**32 643**	**28 991**

POC	Proveitos e ganhos	Exercícios		
		2016	2015	2014
78.1	Juros obtidos	7 385	18 788	27 969
78.2	Ganhos em entidades ou subentidades	6 104	8 950	
78.5	Diferenças de câmbio favoráveis	4 899	4 768	822
78.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	61	137	187
78.8	Outros proveitos e ganhos financeiros		1	13
		18 449	**32 643**	**28 991**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

40. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários, como segue:

Quadro 27 - Demonstração resultados extraordinários

POC	Custos e perdas	Exercícios 2016	2015	2014
69.1	Transf. de capital concedidas	68 851	100 151	
69.2	Dívidas incobráveis	3 427	1 349 718	10 571
69.3	Perdas em existências	29 669	10 982	15 862
69.4	Perdas em imobilizações	4 280	1 268	5 968
69.5	Multas e penalidades	1 151	18 235	1 209
69.6	Aumentos de amortizações e provisões	6	3 583	
69.7	Correções relativas a exercícios anteriores	1 150 184	736 153	545 832
69.8	Outros custos e perdas extraordinárias	6 534	46 538	5 677
	Resultados extraordinários	14 632 011	2 067 910	2 278 740
		15 896 113	**4 334 538**	**2 863 860**

POC	Proveitos e ganhos	Exercícios 2016	2015	2014
79.1	Restituições de impostos			
79.2	Recuperação de dívidas	175 962	18 493	1 093
79.3	Ganhos em existências	2 204	4 542	517
79.4	Ganhos em imobilizações	11 944 451	3 941	4 506
79.5	Benefícios de penalidades contratuais		2 527	2 592
79.6	Reduções de amortizações e provisões	49 282	1 376 434	36 654
79.7	Correções relativas a exercícios anteriores	932 114	565 143	474 430
79.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 792 099	2 363 458	2 344 069
		15 896 113	**4 334 538**	**2 863 860**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Nos custos com correções relativas a exercícios anteriores, está incluído o montante de 367 786 euros (FCSH) relativo à devolução de valores pagos em anos anteriores a alunos de licenciaturas transferidos para outras instituições de ensino, bem como a devolução das propinas pagas em anos anteriores pelos alunos de doutoramento que beneficiaram de bolsas financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e restituições a entidades parceiras que colaboraram com a FCSH, no âmbito de projetos de investigação, 357 556 euros (Nova SBE) relativos à imputação de vencimentos e de IVA não elegível pela entidade financiadora do projeto “Banca Universal, Controlo Empresarial e Crises” e 210 270 euros (IHMT) referente a projetos e devolução de propinas, bem como acerto com a estimativa com remunerações efetuada no ano anterior.

Os ganhos em imobilizações referem-se na sua maioria à alienação do imóvel denominado Palácio Henrique de Mendonça / Casa Ventura Terra propriedade da Nova SBE, cuja a venda se concretizou em novembro de 2016, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2016, na qual consta também que o produto desta alienação seja integralmente destinado a despesas de investimento para reforço de instalações.

Os outros proveitos e ganhos extraordinários referem-se em mais de 98% ao reconhecimento do investimento em bens de capital.

41. *Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:*

Quadro 28 – Provisões a 31/12/2016

Provisões	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões para cobranças duvidosas	2 845 023	216 486	- 288 247	2 773 262
Provisões para riscos e encargos	296 336			296 336
Provisões para investimentos financeiros	124 500			124 500
Total	**3 265 859**	**216 486**	**- 288 247**	**3 194 098**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

45. *Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.*

a) *Acréscimos e diferimentos*

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos das contas de acréscimos e diferimentos apresentavam os seguintes desdobramentos:

Quadro 29 – Acréscimos e diferimentos a 31/12/2016

POC	Acréscimos e Diferimentos	Exercícios 2016	2015	2014
271	Acréscimos de proveitos			
	Juros a receber	459	921	2 128
	Bolsas de estudos	135		2 750
	Proveitos transf. correntes	60 408	72 267	72 889
	Projetos	4 356 422	3 111 691	3 111 180
	Rendas	17 582	17 582	
	Outros acréscimos de proveitos	789 797	1 781 883	1 781 026
Total		**5 224 803**	**4 984 344**	**4 969 974**
272	Custos diferidos			
	Seguros	54 292	47 176	21 048
	Bolsas de estudos	29 333	29 333	
	Fornecimentos e serviços externos	199 588	167 881	192 418
Total		**283 214**	**244 390**	**213 466**
273	Acréscimos de custos			
	Fornecimentos e serviços externos	32 996	30 969	25 723
	Remunerações a liquidar	11 567 148	10 596 790	10 383 906
	Outros acréscimos de custos	799 599	914 441	608 983
Total		**12 399 744**	**11 542 199**	**11 018 611**
274	Proveitos diferidos			
	Propinas / emolumentos	15 124 045	14 626 483	14 924 048
	Projetos	4 782 612	6 169 013	2 165 117
	Subsídio para investimento	44 125 238	43 901 382	49 171 433
	Outros proveitos diferidos	3 080 584	3 182 706	2 739 748
Total		**67 112 478**	**67 879 584**	**69 000 345**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

De acordo com o quadro 29, verificou-se um aumento dos acréscimos de custos face ao ano anterior, para o exercício em análise, de 857 544 euros, devido ao aumento do valor das remunerações a liquidar com encargos com férias e subsídio de férias.

Na rubrica de proveitos diferidos incluem-se as verbas referentes a propinas pagas pelos alunos no ano letivo 2016/2017, cujo proveito será reconhecido no exercício de 2017. Incluem-se também, verbas de projetos de investigação e subsídios para investimentos, verificando-se uma diminuição em termos absolutos de 1 386 402 euros nos projetos de investigação e um aumento de 223 856 euros nos subsídios para investimento face ao ano anterior.

b) Fornecimentos e serviços externos

O quadro 30, apresenta em detalhe a composição das despesas suportadas nas rubricas de fornecimentos e serviços externos:

Quadro 30 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2016		2015		Δ 2016/2015	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Eletricidade	2 688 209	11%	2 768 109	11%	- 79 900	-3%
Combustíveis	58 879	0%	92 493	0%	- 33 615	-36%
Água	530 209	2%	523 996	2%	6 213	1%
Outros fluídos	331 086	1%	470 956	2%	- 139 870	-30%
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	547 774	2%	599 185	2%	- 51 411	-9%
Livros e documentação técnica	164 828	1%	188 215	1%	- 23 387	-12%
Material de escritório	200 951	1%	285 308	1%	- 84 358	-30%
Artigos para oferta	91 297	0%	81 126	0%	10 171	13%
Rendas e alugueres	499 042	2%	455 682	2%	43 360	10%
Despesas de representação	97 478	0%	89 701	0%	7 778	9%
Comunicação	283 657	1%	342 119	1%	- 58 462	-17%
Seguros	115 523	0%	115 351	0%	173	0%
Royalties	29 600	0%	0	0%	29 600	0%
Transportes de mercadorias	29 694	0%	16 306	0%	13 389	82%
Transportes de pessoal	16 299	0%	9 899	0%	6 399	65%
Deslocações e estadas	1 796 172	8%	1 961 079	8%	- 164 907	-8%
Honorários	624 485	3%	634 429	3%	- 9 944	-2%
Contencioso e notariado	0	0%	50	0%	-50	-100%
Conservação e reparação	2 448 393	10%	2 572 244	11%	- 123 850	-5%
Publicidade e propaganda	396 673	2%	380 164	2%	16 509	4%
Limpeza, higiene e conforto	1 697 020	7%	1 553 314	6%	143 706	9%
Vigilância e segurança	1 917 349	8%	1 833 847	8%	83 501	5%
Trabalhos especializados	3 791 826	16%	4 269 006	17%	- 477 180	-11%
Lúdico e didático	34 310	0%	31 528	0%	2 783	9%
Outros fornecimentos e serviços	5 232 258	22%	5 144 805	21%	87 453	2%
Total	**23 623 010**	**100%**	**24 418 912**	**100%**	**- 795 902**	**-3,3%**

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Os fornecimentos e serviços externos registaram um decréscimo de 795 902 euros, o que representa um decréscimo em termos relativos de 3,3% face a 2015.

As rubricas que mais contribuíram para o decréscimo dos fornecimentos e serviços externos foram os trabalhos especializados, deslocações e estadas, outros fluídos e conservação e reparação.

RÁCIOS

Quadro 31 - Rácios de fundo de maneio e liquidez

Fundo de Maneio e Liquidez		2016	2015	2014
Liquidez Geral	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	6,30	6,17	6,80
Liquidez Imediata	Disponibilidades/ Passivo Circulante	4,11	3,70	3,98
Fundo de Maneio	Ativo Circulante - Dividas a curto prazo	55 633 162	40 193 278	37 940 590

Unidade: Euros
Fonte: Conta de Gerência

Os valores apresentados, acima, demonstram que a Universidade continua a ter em 2016 uma liquidez superior a 1, ou seja, continua a ter capacidade de satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Quadro 32 - Rácios financeiros

Financeiros		2016	2015	2014
Solvabilidade Financeira	Capital Próprio/ Total Passivo	1,94	1,77	1,86
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Total do Ativo Liquido	0,66	0,64	0,65

Unidade: Euros
Fonte: Conta de Gerência

De acordo com o quadro 32, a solvabilidade financeira da Universidade em 2016 mantêm-se superior a 0,5, o que significa que a mesma tem capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, capacidade de pagar as suas dívidas.

A autonomia financeira da Universidade cifra-se nos 0,66, o que indica que o seu nível de endividamento é muito baixo, tendo em linha de conta que este indicador deverá ser superior a 0,33.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

A Universidade Nova de Lisboa com o Decreto-lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, aprovado em Conselho de Ministros, foi transformada em fundação pública com regime de direito privado.

Considerando o disposto no Anexo I e o estabelecido nos art.º 34 e 37, do Despacho Normativo n.º 2/2017, de 11 de maio, fazem parte da Universidade Nova de Lisboa (UNL) as seguintes entidades:

a) Faculdade de Ciências e Tecnologia;

b) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;

c) Faculdade de Economia;

d) Faculdade de Ciências Médicas;

e) Faculdade de Direito;

f) Instituto de Higiene e Medicina Tropical;

g) Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação;

h) Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier;

i) Escola Nacional de Saúde Pública;

j) Reitoria;

k)Serviços de Ação Social.

Por determinação do Tribunal de Contas e da Direção Geral de Contas todos os serviços fecharam contas individuais a 30 (trinta) de abril de 2017.

6. NOTA FINAL

Às Instituições que nos honraram com a sua ajuda e colaboração, agradecemos a confiança depositada e que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham na UNL.

A todos os trabalhadores, que contribuíram com o seu profissionalismo e empenho para a obtenção dos resultados apresentados, o Conselho de Gestão agradece o seu compromisso com a UNL.

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Visando a transparência e a credibilidade da informação prestada pela UNL, não só as contas individuais mas também as contas consolidadas serão objeto de certificação legal das contas, disponibilizadas autonomamente.

Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa, 26 de junho de 2017

O Conselho de Gestão